

Unita viola o cessar-fogo

Em pouco mais de um mês, a Unita, organização apoiada pela África do Sul e pelos Estados Unidos, cometeu 65 violações do cessar-fogo em vigor em Angola desde 24 de junho de 1989, nos termos do acordo de paz assinado dois dias antes entre o governo e os rebeldes, na localidade zaireense de Gbadolite, na presença de 22 presidentes africanos (ver edição anterior). Dos ataques, realizados até o dia 31 de julho, resultaram 179 mortos, a maioria civis, 166 feridos e 76 pessoas seqüestradas.

Os homens chefiados por Savimbi destruíram 43 veículos, trinta casas e edifícios, quatro lojas, oficinas e armazéns, um avião, um helicóptero, uma ponte, seis tratores, dois vagões e uma central elétrica. Além disso, roubaram centenas de cabeças de gado e saquearam enormes quantidades de alimentos destinados à população do interior do país.

Os ataques politicamente mais significativos foram os seguintes: destruição das linhas de abastecimento de energia elétrica à capital angolana, Luanda, apenas dois dias depois do acordo de paz; derrubada de um avião AN-26, que realizava um voo civil entre o Luena e Cazombo (leste do país), no dia 24 de julho (como consequên-

cia desse ataque, quarenta pessoas morreram); e o bombardeamento com obuses das instalações da hidrelétrica de Kapanja, que está sendo construída em Malanje (nordeste de Angola), durante o qual seis pessoas ficaram feridas, entre elas dois funcionários brasileiros da Construtora Norberto Odebrecht.

Condenação — Por causa dessas violações do cessar-fogo por parte da Unita, o governo decidiu interromper a primeira reunião da comissão encarregada de estudar a integração dos rebeldes na sociedade angolana, que se tinha iniciado ainda no mês de junho, dias depois da conferência de Gbadolite. O presidente José Eduardo dos Santos ordenou o regresso a Luanda dos negociadores angolanos, até que fossem dadas garantias de que o cessar-fogo seria respeitado.

A atitude da Unita foi veementemente condenada durante o encontro de cúpula da Organização de Unidade Africana (OUA), realizado em Adis-Abeba, capital da Etiópia, na segunda quinzena de julho. Os participantes da reunião denunciaram particularmente a derrubada do avião das Linhas Aéreas de Angola, ato que coincidiu com os trabalhos da OUA. O pensa-

mento unânime é que “as ações da Unita são premeditadas e visam dificultar o engajamento do governo angolano no processo de paz, rumo à reconciliação nacional”.

O ministro angolano das Relações Exteriores, Pedro de Castro Van-Dúnem, que chefiava a delegação angolana em Adis-Abeba, lamentou que “gente inocente continue a morrer”, devido às violações do cessar-fogo cometidas pelos liderados de Savimbi. Ele aproveitou a reunião da OUA para desenvolver intensos contatos com os seus colegas africanos sobre a situação em Angola e, também, na África Austral.

As conversações entre o governo e a Unita foram retomadas apenas no final de julho, sob a mediação do presidente zaireense, Mobutu Sese Seko. Essa segunda rodada de contatos teve de ser novamente interrompida, pois a delegação da Unita declarou não ter poderes para aceitar a proposta de Mobutu para que fossem criados mecanismos de controle do cessar-fogo. Em contrapartida, a delegação governamental angolana aceitou prontamente a sugestão do presidente zaireense. Nova reunião foi marcada para o início do mês de agosto.

EDITORIAL

Mentira e belicismo

O mundo mal tinha ainda tomado conhecimento integral de um acordo de paz julgado impossível entre o governo angolano e os rebeldes da Unita, assinado na presença de metade dos chefes de Estado africanos — e já a organização chefiada por Jonas Savimbi se encarregava de desencadear uma série de atos que vieram lançar perigosas nuvens em um cenário que, de repente, parecia poder desanuviar-se definitivamente. Dois ingredientes básicos compõem o comportamento insensato — por que não dizer criminoso? — que a Unita passou a adotar logo depois que deixou Gbadolite: a mentira e o belicismo.

Na verdade, os homens de Savimbi, julgando-se beneficiários do fato de certos

aspectos do acordo de paz se revestirem de um caráter secreto, desencadearam uma frenética campanha de desinformação, passando a desmentir aquilo que eles próprios tinham aceitado, como que a preparar a opinião pública para o rompimento dos entendimentos alcançados. No centro dessa campanha, mantém-se até agora o próprio chefe da Unita, o qual, com o seu avontade tradicional, tem proferido as declarações mais contraditórias sobre as concessões que efetivamente ele teve de fazer em Gbadolite. Ao mesmo tempo, e como é relatado nesta página, a Unita desencadeou uma série de violações do cessar-fogo

que deveria vigorar desde o último dia 24 de junho.

É necessário, portanto, reafirmar que os princípios acordados entre o governo angolano e a Unita têm como base o plano de paz formulado pelas autoridades. Esse plano exclui a partilha do poder em Angola e apenas prevê a integração individual dos atuais membros da Unita nas estruturas civis e militares do país; a única exceção é Savimbi, que se deverá afastar voluntária e temporariamente da cena política angolana. A Unita pretende agora dizer que não aceitou estes princípios. É falso: aceitou-os, sim, tal como já foi testemunhado pelos presidentes africanos que estiveram em Gbadolite. Portanto, terá de cumprí-los.

Cooperação com a África do Sul

Angola e a África do Sul decidiram aproveitar conjuntamente a bacia do Cunene, retomando o acordo assinado em 1969 entre as autoridades coloniais portuguesas e o governo de Pretória. Para tal, criaram uma comissão técnica conjunta para o aproveitamento dos recursos hídricos do rio Cunene, que já realizou duas reuniões de trabalho, nos meses de junho e julho deste ano, ambas em território angolano.

A regularização do escoamento do rio Cunene (sul de

Angola, na fronteira com a Namíbia), a melhoria da produção hidrelétrica da Matala (provincia angolana da Huila), a rega e abastecimento de água no médio Cunene e na Namíbia, a irrigação da Ovambolândia e a produção de energia hidrelétrica no Ruacaná são as ações fundamentais previstas no acordo agora reativado. O projeto inclui a construção de três barragens, no Gove (provincia do Huambo, centro de Angola), Calueque e Ruacaná (ambas na provincia do Cunene),

assim como de uma central hidrelétrica no Ruacaná.

Barragem do Gove — A primeira ação decidida pelos dois países é a reabilitação da barragem do Gove, atualmente inoperante devido a uma sabotagem efetuada pela Unita e aos longos anos em que esteve sem assistência.

O governo angolano adjudicou à empresa portuguesa Teixeira Duarte os trabalhos da primeira e segunda fases do programa de reparação da barragem,

que se limitarão a obras de construção civil. A recuperação dos equipamentos hidromecânicos está prevista para a terceira fase, a um custo estimado em 1,5 milhão de dólares.

Algumas entidades já manifestaram o seu interesse em financiar a terceira fase de recuperação da barragem do Gove. As próprias autoridades sul-africanas propuseram utilizar parte dos *royalties* devidos pela utilização da água de Calueque para co-financiar as obras.

Inaugurado complexo pesqueiro

O complexo pesqueiro Peskwanza, um dos maiores do país, começou a funcionar no mês de junho na provincia do Kwanza Sul (litoral centro), depois de ter levado cinco anos para ser construído por três empresas italianas. A obra, propriedade da Empresa Nacional de Pesca Industrial (Peskwanza), unidade estatal, custou 80 milhões de dólares, financiados pelo governo italiano.

O empreendimento tem um caráter integrado e permitirá a Peskwanza dedicar-se não apenas à captura de espécies marinhas, mas também à sua trans-

formação, conservação e comercialização.

O patrimônio do complexo é composto de catorze navios de pesca, instalações de congelamento e conservação, armazéns, uma ponte-cais, uma zona residencial com 67 casas e um centro social. Das embarcações, cinco são de arrasto para a captura de camarão, sete para peixe e dois cargueiros para a pesca do atum.

O Peskwanza compreende ainda um túnel e quatro salas de congelamento, uma sala de processamento aclimatizada e uma pequena fábrica de gelo. Na ponte-cais podem atracar navios de

300 a 500 toneladas. Possui também uma central de congelamento para salmoura, com um túnel e dois tanques.

O complexo recebe energia de uma central elétrica com 4.500 kilowatts de potência, que também fornecerá eletricidade à cidade de Porto Amboim.

Namibe — Os italianos vão igualmente financiar, a fundo perdido, um projeto de dois milhões de dólares para a reabilitação de uma outra empresa pesqueira angolana, a Empromar-Tombwa, sediada na provincia do Namibe (litoral sul do país).

As autoridades provinciais do Namibe estão ainda negociando com empresas italianas a renovação do contrato de assistência técnica à empresa Empromar-Curoca. De igual modo, o projeto de reabilitação da indústria salineira da provincia, no valor de 3,5 milhões de dólares, será também custeado pela Itália, em conjunto com Angola.

Todos estes projetos e medidas inserem-se em um plano de recuperação e modernização do setor pesqueiro no Namibe, uma das regiões de Angola mais ricas em recursos marítimos.

Encontro sobre política florestal

Angola não pensa proibir pura e simplesmente a utilização da madeira como combustível, segundo declarou o ministro da Agricultura, Faustino Muteka. Ele sublinhou que querer proibi-la é ignorar que uma larga maioria dos povos das nações tropicais e do chamado Terceiro Mundo usam o referido produto

como fonte exclusiva de combustível para fins domésticos. Em Angola, por exemplo, a lenha e o carvão representam dois terços do consumo total de combustível.

O ministro esclareceu que a posição angolana em relação à utilização dos recursos florestais é equidistante entre o ponto de

vista dos "conservacionistas" e dos "usuários". Faustino Muteka defendeu a necessidade de "desenvolver ações catalisadoras de novas atitudes no setor florestal, nomeadamente a formação de técnicos e operários, a criação de fundos para o fomento e a investigação florestal, bem

como a participação em programas de educação ambiental".

As declarações do dirigente angolano foram feitas durante um encontro realizado no final de junho, em Luanda, com o objetivo de estudar as formas para obter uma utilização racional dos recursos florestais do país.

ANGOP

AGÊNCIA ANGOLA PRESS

Diretor Geral:

Julio Guerra

Diretor de Informação:

Avelino Miguel

Diretor Técnico:

José Abreu de Oliveira

Sede Central

Rua Rei Katyavala, n.º 120

Telefone: 334-593

Telex: 4160 ANGOP

AN — Luanda

República Popular de Angola

Sucursais

Brasil

Diretor:

Anibal João Melo

Diretor Adjunto:

Felisberto Costa Filho

Endereço:

Rua Álvaro Alvim,

31/501, CEP 20031,

Centro, Rio de Janeiro

Telefone:

(021) 220-9439

Telex: (021) 32462

ANBL BR

Portugal (Lisboa)

Diretor:

Nazareth Van-Dünem

Telefone: 533-704

Telex: 42758 ANGOPP

Grã-Bretanha (Londres)

Diretor:

Joaquim Camati

Telefone: 493-1611

Telex: 295813 ANGOP G

Correspondentes:

António Santana, (Harare),

Conceição Luanda (Berlim),

Filipe Muacasso (Praga), José

Chimuco (Havana), José

Wolo Kossi (Brazzaville),

Vasco Correia (Moscou)

ANGOLANA

ATUALIDADE

Editor: Anibal João Melo

Redação: Carlos Augusto de Oliveira Lima e

Felisberto Costa Filho

Pesquisa: João Belisário

Diagramação: Fabio Dupin

Arte-Final: Fernando de Oliveira

Composição e Impressão:

Editora Lidador Ltda.

Democracia e desenvolvimento

O Comitê Central do MPLA — Partido do Trabalho, ao final de sua 23.^a Sessão Ordinária, emitiu um importante comunicado abordando diversas questões da ordem política, econômica e social do país, merecendo destaque a decisão tomada no sentido de se buscar um maior grau de democracia da sociedade angolana.

Foi dada recomendação expressa para a implementação de ações “que visem ao reforço da unidade entre todos os angolanos, independentemente de serem ou não membros do partido, se encontrarem ou não no exterior, professarem uma ou outra religião, no quadro do aprofundamento e alargamento da democracia interna e da consolidação da independência e unidade nacional”.

No documento, o Comitê Central manifestou a decisão de promover uma ampla discussão dos problemas do partido, do Estado e da sociedade, através do diálogo sistemático e organizado entre os dirigentes e as bases, no âmbito da preparação e realização do terceiro congresso do MPLA — Partido do Trabalho.

A respeito do processo de implantação dos órgãos do Poder Popular, o Comitê Central decidiu que na sua próxima sessão seja apreciada uma informação sobre o processo de implantação daqueles órgãos ao nível municipal em algumas províncias do país.

No que se refere à situação econômica e

social, foi feita uma análise favorável do programa de saneamento econômico e financeiro (SEF) ora em curso, tendo sido recomendado, no entanto, maior dinamismo na reestruturação dos diversos setores da economia, de modo que a população sinta os seus resultados de maneira mais direta e evidente.

As dificuldades em questões vitais da população, como o abastecimento alimentar, assistência médico-sanitária, educação, abastecimento de água e energia elétrica, foram reconhecidas e atribuídas em grande parte à guerra de desestabilização que o país vem sofrendo, derivando daí a escassez de recursos financeiros e a baixa produção.

O órgão partidário ratificou o plano de paz do governo, tendo insistido na necessidade da cessação da ingerência dos Estados Unidos e da África do Sul nos assuntos internos de Angola, e exortou os angolanos que ainda militam na Unita a seguirem a via da razão, deixando de atacar o seu próprio povo.

Quanto à situação político-militar do país, o Comitê Central congratulou-se com os esforços desenvolvidos pelas Forças Armadas e os órgãos de segurança, instando-os a que continuem vigilantes com vista a rechaçar com decisão todos aqueles que persistam em atacar e destruir a vida e os bens do povo angolano, ao mesmo tempo em que se

deve receber no seio da família angolana aqueles que renunciem à violência e adiram à política de clemência e harmonização nacional.

O Comitê Central considerou que, a despeito das dificuldades, todas as partes deverão contribuir para uma descolonização genuína e real do território da Namíbia, nos marcos da Resolução n.º 435 da ONU e dos acordos sobre o Sudoeste da África, embora reafirmando que a paz verdadeira só atingirá a África Austral na sua plenitude com a eliminação do regime do *apartheid*.

Houve, também, o elogio ao espírito internacionalista do povo cubano, ao qual foi expressa profunda gratidão, neste momento em que se dá o regresso àquele país de valorosos combatentes que cumpriram uma brilhante missão na preservação das conquistas revolucionárias do povo angolano.

Cumprir, ainda, as diretrizes baixadas na área da saúde e da educação, com o objetivo de intensificar e aprimorar o atendimento à população, de acordo com a estratégia global das transformações econômico-sociais ora em curso no país.

Por fim, cabe ressaltar o total apoio e confiança depositados na atuação do presidente José Eduardo dos Santos, ao qual foi conferida uma moção de louvor pelos seus esforços pela conquista definitiva da paz para o povo angolano.

Saúde e educação

Dentro da sua 23.^a Sessão Ordinária, o Comitê Central do MPLA — Partido do Trabalho aprovou uma resolução sobre o setor da saúde e outra sobre a reformulação do sistema de educação e ensino em Angola.

O documento “Situação atual e perspectivas de evolução da saúde em Angola” apresenta um conjunto de propostas e recomendações que devem balizar a atuação dos diversos órgãos governamentais do setor.

Entre as medidas propostas destacam-se a simplificação e melhoria da organização e

gestão do aparelho central do ministério, com a concentração de áreas funcionais afins e a descentralização das atividades de natureza executiva, reforçando-se o envolvimento dos órgãos locais do Estado e das comunidades, bem como aprofundando-se a articulação com os serviços militares de assistência médica e de organizações não-governamentais e, ainda, com as estruturas sanitárias subordinadas a instituições religiosas.

No que tange à infra-estrutura hospitalar, foi dada orientação ao Ministério da Saúde para estabelecer um programa de recupera-

ção e filosofia de manutenção, quer ao nível de construção civil, quer ao nível de equipamentos médico-cirúrgicos e outros.

Por sua vez, a resolução sobre educação aprovou o “Novo modelo de sistema de educação e ensino”, documento que passa a nortear a atuação governamental no setor.

Além de uma maior racionalização no uso dos escassos recursos financeiros disponíveis, a resolução dá ênfase à preparação pedagógica do corpo docente e outros profissionais necessários ao sistema de educação e ensino.

Moção de louvor

O presidente angolano, José Eduardo dos Santos, vem tendo o reconhecimento dos seus pares africanos e outros líderes mundiais pela sua atuação no encaminhamento do processo de paz em Angola e da independência da Namíbia. No encerramento da sua 23.^a Sessão Ordinária, o Comitê Central do MPLA — Partido do Trabalho aprovou uma moção de louvor àquele estadista, “reafirmando-

lhe o seu total apoio e confiança e encorajando-o a prosseguir todas as iniciativas que visem encontrar a paz para o povo angolano, no quadro do plano da paz aprovado”.

Na moção, o órgão partidário elogia a forma oportuna e inteligente como José Eduardo dos Santos tem orientado o seu governo na solução de situações que po-

deriam fazer perigar a implementação dos acordos de paz até agora firmados, ressaltando o seu total engajamento e sábia orientação no desenvolvimento de todo o processo negocial que levou à assinatura, em 22 de dezembro do ano passado, dos acordos de Nova York, com vista à obtenção da independência da Namíbia e da segurança em Angola.

ECONOMIA

FMI — A solicitação angolana de adesão ao FMI foi aprovada pelo órgão executivo daquela instituição. Para a admissão oficial de Angola será ainda necessário o voto positivo da Junta dos Governadores da instituição, formada pelos ministros das Finanças ou governadores de bancos dos 151 países-membros. Uma vez admitida, Angola terá uma cota de 145 milhões de direitos especiais de saque, que é a unidade monetária utilizada pelo organismo nos seus empréstimos. O processo de adesão ao FMI está ocorrendo simultaneamente com a solicitação de admissão no Banco Mundial.

Benguela — O governo angolano concedeu autorização à Tanks Societé General Belgique para proceder ao estudo e levantamento *in loco* da atual situação da linha e infra-estrutura do Caminho de Ferro de Benguela (CFB). O projeto de reabilitação e exploração do CFB deverá ter a partir de agora um maior impulso em face das perspectivas de paz que se abrem para Angola. O valor estimado para todo o projeto é de 350 milhões de dólares.

Exportação — Angola deverá em breve exportar motos da marca Yamaha-50 e bicicletas, produzidas pela Ulisses, unidade econômica estatal localizada na zona industrial de Huambo. Segundo a direção da empresa, a Ulisses está dotada atualmente de uma capacidade produtiva da ordem de 18 mil motos e 36 mil bicicletas por ano e emprega cerca de 250 trabalhadores.

HARMONIZAÇÃO

Clemência — O presidente angolano, José Eduardo dos Santos, comutou a pena de morte por fuzilamento de cinquenta elementos da Unita condenados entre 1981 e 1987 por crimes de traição e atos terroristas. Esta decisão foi tomada levando em conta a política de clemência e harmonização nacional que vem sendo praticada pelo governo, com o objetivo de reforçar a consolidação da unidade nacional e

incrementar a reintegração de compatriotas outrora enganados na sociedade angolana.

Libertação — Cerca de setecentos presos que pertenciam à Unita foram libertados na província política de clemência e harmonização nacional. Porta-vozes dos prisioneiros exaltaram o excelente tratamento recebido, manifestando a predisposição de se integrarem na sociedade angolana.

CULTURA

Pintura — Quadros de artistas angolanos estão expostos no principal centro cultural de Estocolmo, na Mostra Artes/Imagens, que inclui também obras de artistas de Moçambique, Zimbábue e África do Sul. A mostra tem por objetivo a divulgação dos vários aspectos culturais do Cone Sul da África nos países nórdicos, através de imagens retratadas por seus pintores. A exposição conta com o patrocínio da Casa de Cultura de Estocolmo e da Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional e estará aberta até setembro, seguindo depois para a Finlândia, Noruega e Dinamarca. O secretário-geral da União Nacional dos Artistas Plásticos de Angola, Victor Teixeira, disse que está em estudo a assinatura de um protocolo de cooperação com a associação dos artistas suecos, com vista ao aumento de contatos entre os dois países.

Palestra — A professora Aparecida Bacega, da Universidade de São Paulo, esteve em

Luanda para participar dos preparativos do 1.º Festival Nacional de Cultura de Angola, que será realizado em todo o país no próximo mês de setembro. Na ocasião, ela proferiu uma palestra na Biblioteca Nacional sobre o tema "Linguagem verbal e comunicação".

Cinema — *Caravana*, filme que retrata episódios da guerra em Angola, será rodado proximoamente em território angolano, sob a direção do cubano Rogelio Paris. O filme pretende contar a progressão da Caravana Che Guevara, destacamento militar que tinha como missão deter o exército sul-africano na sua primeira invasão, em 1975. Uma equipe de cerca de trezentas pessoas, entre atores e técnicos cubanos e angolanos, vai participar da rodagem da película, que é uma co-produção do Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográfica, Estúdios de Cinema e Televisão das Forças Armadas Revolucionárias e Instituto Angolano de Cinema.

"Preferimos abraçar a política do MPLA — Partido do Trabalho porque os bandos da Unita assistiam passivos à morte de crianças, mulheres e velhos por falta de alimentação e tentativa de fuga" — disseram. A opinião geral dos libertados é que a Unita nas suas ações transforma os homens que consigo vivem em selvagens e leva-os a cometer atrocidades contra o seu próprio povo.

COOPERAÇÃO

Mensagem — Uma mensagem do presidente angolano, José Eduardo dos Santos, foi entregue em Brasília ao presidente José Sarney pelo ministro dos Transportes e Comunicações de Angola, Carlos Fernandes. A mensagem aborda questões ligadas à cooperação bilateral e à situação no sudoeste da África, particularmente no que se refere à paz em Angola.

INFORMAÇÃO

Nomeação — O jornalista e advogado João Bernardo Miranda foi nomeado diretor do Departamento de Informação e Propaganda (DIP) do Comitê Central do MPLA — Partido do Trabalho, em substituição a Paulino Pinto João. Até aqui exercendo o cargo de chefe de Divisão do Departamento do Comitê Central para a Esfera Estatal e Judicial, João Miranda trabalhou na Rádio Nacional de Angola e foi chefe de Redação do *Jornal de Angola*.

ANGOLA, TERRA DA LIBERDADE



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

TAAG — Av. Presidente Vargas 542/1603
Telefones: 263-9711, 263-4988 e 263-4911
Telefones no Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113